

Independência do Brasil

Nesta aula

No dia 7 de setembro, comemoramos a Independência do Brasil. Por isso, é feriado nacional. Todos nós sabemos que os feriados significam algo mais do que apenas um dia de folga. Mas nem sempre paramos para pensar sobre o significado daquela data, sobre a sua importância para a nossa História.

Foi só a partir da Independência que o Brasil passou a ser considerado uma nação, pois deixou de ser uma Colônia de Portugal e começou a se organizar como um novo país - o Império do Brasil.

A Independência do Brasil fez parte de um movimento mais geral de crítica ao poder absoluto dos reis europeus e de defesa dos ideais de liberdade e igualdade que abalaram definitivamente o poder de controle das Metrôpoles sobre suas colônias na América. As idéias liberais, a independência dos Estados Unidos e a Revolução Francesa exerceram grande influência na América e contribuíram para a formação de vários novos países independentes. Quase todos se tornaram repúblicas, apenas o Brasil adotou a monarquia, tornando-se o Império do Brasil, em 7 de setembro de 1822.

Nesta aula, vamos ver como o Brasil fez sua independência. Como questão central, a pergunta:

Por que Império do Brasil e não República do Brasil?

Quando o Brasil ainda era a América portuguesa

Para entender como aconteceu a Independência e perceber por que o Brasil adotou a monarquia, convém recordar a situação da América portuguesa no final do século XVIII e início do século XIX.

Naquela época, o Brasil já possuía um imenso território. Mas sua população reduzida (cerca de 5 milhões de habitantes) estava distribuída irregularmente e era mais concentrada no litoral.

O interior quase não tinha povoações. As comunicações eram difíceis e demorava-se muito para ir de uma capitania a outra. As viagens, geralmente feitas por mar, eram muito demoradas: levava-se, por exemplo, três semanas para ir de Recife até o Rio de Janeiro. Por terra, gastava-se muito mais tempo, pois praticamente não existiam estradas. Por isso, a penetração pelo interior do território era muito pequena. Em algumas regiões, existia também a possibilidade da navegação pelos grandes rios, mas com viagens difíceis.

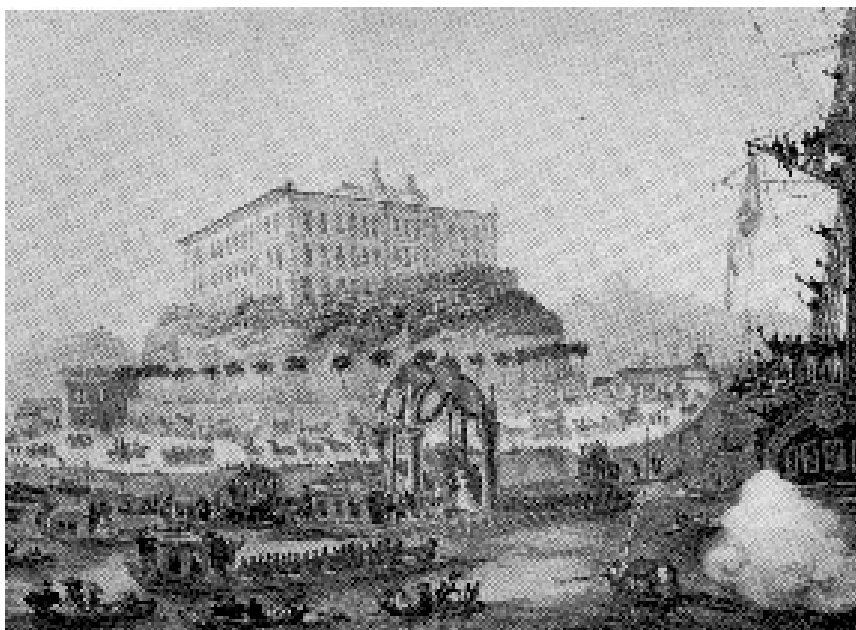
Assim, o isolamento entre as regiões permanecia muito grande. Além disso, não existiam grandes cidades servidas por estradas bem conservadas. Nem o Rio de Janeiro, capital da Colônia, com suas ruas estreitas, escuras e sujas, oferecia melhores condições de comunicação com as demais regiões. A cidade vivia fechada em si mesma.

Essa situação, no entanto, começou a se transformar depois da chegada da Corte portuguesa ao Rio de Janeiro. O imperador francês Napoleão Bonaparte mandou tropas para invadir Portugal, e a família real portuguesa resolveu instalar-se no Rio de Janeiro e transformar a cidade em sede do seu governo. A chegada da Corte portuguesa, em 1808, provocou grandes mudanças na vida da Colônia e influenciou decisivamente no rumo dos acontecimentos que, depois, fizeram parte do processo de independência do Brasil.

A Corte no Brasil

Quando D. João chegou ao Brasil, a Colônia que ele encontrou era algo que nunca havia imaginado. Não era uma unidade, e sim um amontoado de focos de colonização que lutavam por interesses locais. Foi por essa falta de unidade que as rebeliões coloniais não obtiveram sucesso.

A chegada da família real e a instalação do governo português no Rio de Janeiro fizeram a capital ganhar ares de Metrópole.



Esta cena mostra a chegada de um membro da família imperial ao Rio de Janeiro. A cidade, que já era capital da Colônia, tornou-se sede da Corte e importante centro de decisões.

Logo que aqui chegou, em 1808, D. João assinou a **abertura dos portos do Brasil às nações amigas**. Era o fim do Pacto Colonial e da política de monopólios. A partir de então, o Brasil podia fazer comércio com diferentes países sem a intermediação de Portugal.

Essa medida favoreceu o comércio com a Inglaterra. Os mercados brasileiros ficaram abarrotados de produtos ingleses. A elite da Colônia passou a consumir produtos refinados, como tecidos e calçados, cristais e vidros, louças e porcelanas, todos trazidos por comerciantes ingleses.

Em 1810, D. João assinou os Tratados de Aliança e Amizade e de Comércio e Navegação com a Inglaterra, por meio dos quais foram criadas tarifas alfandegárias que favoreciam o comércio dos produtos ingleses. Os produtos portugue-

ses continuariam pagando 16% de taxas sobre o valor de suas mercadorias; as demais nações pagavam 24%, mas os produtos ingleses pagavam apenas 15%. Além dessa vantagem comercial, os ingleses obtiveram do governo português o compromisso de abolir lenta e gradualmente a escravidão, começando por limitar o tráfico apenas às colônias portuguesas da África.

Como é fácil perceber, essas medidas representavam uma submissão da economia colonial brasileira aos interesses da Inglaterra e, por isso, foram muito mal-recebidas, principalmente pelos comerciantes portugueses, que perderam seus privilégios para os ingleses. Os traficantes e proprietários de escravos também não ficaram nada satisfeitos com a idéia da abolição gradual da escravidão.

A Revolução Pernambucana

A transferência da Corte portuguesa para o Brasil não trouxe, como se imaginava, vantagens para todos. Um bom exemplo disso foi o que ocorreu em Pernambuco por volta de 1817. Os pernambucanos ficaram insatisfeitos com a presença da Corte no Brasil. Na época, eles estavam passando por uma grave crise na produção de açúcar e de algodão. Mesmo assim, eram obrigados a pagar pesados impostos para sustentar a política expansionista de D. João na Guiana Francesa e o luxo da Corte e de seus inúmeros funcionários.

Em Recife, capital da província de Pernambuco, a revolta era geral, e as idéias liberais pipocavam nas diversas sociedades secretas. Isso foi crescendo a tal ponto que, temendo a explosão de uma revolução, o governador de Pernambuco ordenou a prisão de alguns membros dessas sociedades.

Mas essa atitude precipitou a revolução e, em março de 1817, os revoltosos prenderam o governador e, em seguida, estabeleceram um governo provisório. Esse novo governo recebeu o apoio de províncias vizinhas como Rio Grande do Norte e Paraíba. Porém, o medo de que as idéias de liberdade dos líderes revolucionários levassem à libertação dos escravos fez com que muitos fazendeiros retirassem o seu apoio.

A Corte não iria permitir que aquela rebelião ameaçasse a unidade do Império que queria construir. D. João logo enviou reforços para reprimi-la, temendo que se repetisse aqui o que tinha acontecido na ilha de São Domingos. Lá, uma revolta liderada por escravos resultou não só na independência do país, mas em algo muito importante: a conquista de sua liberdade.

Como podemos concluir, a defesa do liberalismo no Brasil terminava quando se tocava na questão da libertação dos escravos.

De Reino Unido a país independente

D. João tomou algumas medidas que permitiram a formação de uma estrutura econômica, política e administrativa mais autônoma, reunindo na cidade do Rio de Janeiro um poderoso grupo de proprietários, comerciantes e funcionários, para os quais interessava que o Império português se fixasse aqui no Brasil. Além das vantagens econômicas dadas à Inglaterra, a Corte doou sesmarias (terras) a comerciantes e funcionários da administração, favoreceu a vinda de estrangeiros para se fixarem e trabalharem em terras brasileiras e abriu estradas ligando o interior ao Rio de Janeiro. Enfim, tomou um conjunto de medidas para integrar a capital às demais regiões do país.

No campo cultural, a presença da Corte no Brasil permitiu uma grande abertura. O fim da proibição da instalação de gráficas junto com a criação da **Imprensa Régia** permitiram a publicação de vários textos, o que resultou em maior circulação de idéias, embora a Imprensa Régia só se interessasse por fofocas da Corte e houvesse censura a tudo quanto fosse publicado pelas gráficas particulares.

Além disso, foram criadas escolas destinadas aos filhos de famílias ricas, entre elas a **Academia Real de Marinha** e a **Academia Real Militar**, destinadas a formar engenheiros civis e oficiais para as Forças Armadas.

Criou-se a Academia de Belas Artes que teve como professores os membros da chamada **Missão Francesa**, formada por escultores, arquitetos, pintores e desenhistas vindos da França. Esses profissionais também deixaram importantes registros (especialmente desenhos) sobre a vida cotidiana do povo brasileiro naquele período.

Também vieram ao Brasil vários estudiosos europeus. Formaram expedições científicas que se embrenharam pelo interior. Alguns desses europeus estudaram a fauna e a flora brasileiras, enquanto outros buscaram compreender a origem do homem americano. Além de tudo isso, houve a criação da **Biblioteca Pública** e do **Museu Real**.

Colônia nunca mais

A essa altura, diminuía a sensação de dispersão e isolamento. A elevação do Brasil a **Reino Unido ao de Portugal e Algarves** reforçava ainda mais a idéia de que o Brasil finalmente deixara de ser uma Colônia. Era, naquele momento, sede da Coroa portuguesa. Havia liberdade econômica, e a presença da família real representava segurança para os grupos beneficiados pela política de D. João. Para eles tornava-se cada vez mais forte a consciência de que era fundamental manter o Brasil como sede do governo. Como a situação européia ainda era perigosa (por causa de revoluções), também para a família real era interessante permanecer no Brasil. Assim, havia naquele momento uma união de diferentes interesses. E foi com esse sentimento que a elite colonial impediu que o Brasil voltasse à antiga condição de Colônia, quando, mais tarde, D. João retornou a Portugal.

A proclamação da Independência em 7 de setembro

Enquanto tudo isso acontecia, em Portugal houve a Revolução do Porto, que exigia a volta de D. João e o retorno do Brasil à condição de Colônia. Era o ano de 1820. D. João via-se novamente pressionado, sem saber que decisão tomar: se ficava aqui, como queria a elite brasileira, ou se voltava para Portugal, conforme exigiam os portugueses. Por fim, resolveu atender aos seus súditos portugueses e retornou a Portugal. Mas deixou aqui um representante da família Orleans e Bragança, seu filho D. Pedro.

Porém, as pressões continuavam: de um lado, os portugueses insistiam em recuperar seus privilégios econômicos e sua dominação política sobre o Brasil; de outro, políticos brasileiros apresentavam manifestos com milhares de assinaturas reivindicando a permanência de D. Pedro no Brasil. Membros do **Partido Brasileiro** queriam que fosse convocada uma Assembléia Constituinte para que

se fizessem leis mais adequadas às necessidades e aos interesses do país naquele momento crítico. A imprensa não parava de divulgar artigos que defendiam a Independência do Brasil.

Depois de muita indecisão e de muita pressão, D. Pedro resolveu romper com o governo de Portugal. Em 7 de setembro de 1822, às margens do riacho do Ipiranga, D. Pedro proclamou a Independência do Brasil. Em seguida, ele foi aclamado pelo povo e sagrado pelo bispo para então ser coroado **Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil**.

Esta ilustração mostra parte de um quadro maior, no qual o pintor criou uma cena com D. Pedro à beira do riacho do Ipiranga, em São Paulo, ao declarar que o Brasil se tornava independente de Portugal.



Como você pôde verificar, a Independência brasileira foi o resultado de acordos entre o príncipe D. Pedro e os grupos beneficiados pela política de D. João. Para os dois lados interessava, naquele momento, romper com Portugal. A adoção do governo monárquico afastou qualquer ameaça de retorno à situação de Colônia e assegurou a manutenção dos privilégios obtidos anteriormente. Por outro lado, achava-se que a monarquia poderia garantir a unidade do território e evitaria a explosão de revoltas nas demais regiões da antiga Colônia.



Após a Independência, era preciso fazer novas leis, impor a autoridade do imperador sobre as províncias que não haviam aceito a Independência e conseguir que os países estrangeiros reconhecessem o Brasil como um novo país. Em resumo, era necessário organizar o **Estado independente** e concluir a obra de construção do Império do Brasil.

O tempo
não pára

Relendo o texto

Leia mais uma vez o texto da aula, sublinhe as palavras que não entendeu e procure ver o que elas significam, no dicionário ou no vocabulário da Unidade.

1. Releia **Quando o Brasil ainda era a América portuguesa** e retire trechos que comprovem o isolamento das regiões brasileiras.
2. Releia **A Corte no Brasil** e identifique a importância da abertura dos portos assinada por D. João em 1808.
3. Releia **A proclamação da Independência em 7 de setembro** e identifique uma razão para a Revolução Pernambucana.
4. Dê um novo título a esta aula.

Exercícios

Fazendo a História

"Digne-se Vossa Majestade tomar em consideração que Portugal é um reino de pequena extensão e escassamente povoado (...) que o ramo mais útil de sua agricultura, que é o vinho, se acha em decadência pela abertura dos portos do Brasil aos vinhos de todas as nações, que a nossa indústria se paralisou consideravelmente com a livre entrada em Portugal e no Brasil dos produtos ingleses, com cujos preços não pode competir; que o comércio decaiu extraordinariamente não só pela mencionada abertura dos portos do Brasil, que privou Portugal do comércio exclusivo com aquele reino, mas pela concorrência de todas as nações marítimas sendo muito para recear que, se as coisas assim continuarem, desapareça brevemente dos mares a bandeira portuguesa."

Texto citado por J. H. Saraiva em *História concisa de Portugal*, p. 271.

O documento acima é uma carta que o governo português mandou a D. João, descrevendo a situação de Portugal no ano de 1820. Leia-o atentamente, consulte os itens finais do texto da aula e responda:

1. Como estava a situação econômica em Portugal?
2. Por que "desapareça brevemente dos mares a bandeira portuguesa"?
3. Como as elites portuguesas procuraram sair dessa situação? A recolonização do Brasil era uma alternativa?
4. Como as forças políticas no Brasil reagiram à tentativa de recolonização?

